

O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário

A cell of “monas” in a jail of “coisas”: ethnographic notes on gender and sexual diversity in São Paulos’s prisons

Marcio Zamboni

Graduado em Ciências Sociais pela USP e Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/USP. Doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS/USP, sendo orientado pela Profa. Dra. Laura Moutinho e bolsista pela FAPESP. Pesquisador vinculado ao Numas-USP (Núcleo de Estudos de Marcadores Sociais da Diferença) e integrante do Grupo de Trabalho “Mulher e Diversidade” da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo. marciobz@gmail.com



RESUMO

O objetivo desse artigo é analisar a relação entre as dinâmicas de organização do espaço prisional e as formas de identificação e diferenciação entre presos em termos de gênero e sexualidade. Estas dinâmicas foram analisadas em múltiplas escalas. Em primeiro lugar no que diz respeito à constituição de cadeias dos coisas (unidades prisionais destinadas a abrigar sujeitos rejeitados em unidades alinhadas com o PCC) e ao processo por meio do qual essas unidades concentram uma grande quantidade de sujeitos que não se enquadram nos padrões estritos de masculinidade promovidos pelos comandos. Depois, analisei a identificação de celas específicas no interior dessas unidades com esses sujeitos, os chamados barracos das monas, e seu lugar na dinâmica de produção do cotidiano na prisão.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero, Sexualidade, Prisão, Presos LGBT

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the relationship among the organization of prison spaces and the ways of identification and differentiation of prisoners in terms of

gender and sexuality. These dynamics are analyzed at multiple scales. At first regarding to the establishment of “cadeias dos coisas” (prisons that host individuals rejected by the PCC) and the process through which these prisons concentrate a lot of Individuals who do not fit in the strict standards of masculinity set by the PCC. Then I analyze the identification of specific cells with these subjects, the so-called “barracos das monas” (cells for homosexual and transexual people), and its place in the everyday dynamics of the prison.

KEY WORDS:

Gender, Sexuality, Prison, LGBT Prisoners

A cadeia dos coisas

Para cá são mandados ex-membros do Partido, ex-delatores, ex-policiais, ex-estupradores, ex-craqueiros, ex-filhos-da-puta, ex-tudo o que não presta. (VARELLA, 2012, p. 169)



Com essas palavras pouco sutis, ditas informalmente ao médico e escritor Drauzio Varella, o diretor de um Centro de Detenção Provisória masculino na Região Metropolitana de São Paulo descreve o perfil típico dos presos de uma *Unidade de Seguro - também chamada de Cadeia de Oposição Neutra* ou, no linguajar mais difundido nas prisões, uma *Cadeia de Coisas*. Trata-se de uma unidade que está *na mão dos funcionários*, que não está alinhada com o coletivo de presos hegemônico no Estado de São Paulo, o PCC (Primeiro Comando da Capital)¹, nem com nenhum outro *comando de oposição* (como o CRBC² ou a Seita Satânica³). A palavra *coisa* é usada por integrantes e aliados do PCC para se referir àqueles que são vistos como inimigos: funcionários do sistema penitenciário, policiais, seguranças, presos vinculados a outros coletivos, ex-membros de *comandos*, presos que violaram o sistema de valores e os códigos de conduta do PCC.

Certas *cadeias de coisas* costumam concentrar pessoas que não se enqua-

1. De acordo com a narrativa que se tornou dominante sobre a história do PCC, este coletivo começou a se articular em 1993 em resposta ao chamado Massacre do Carandiru (quando, em 1992, uma operação policial entrou na Casa de Detenção de São Paulo para dar fim a uma rebelião e acabou por matar pelo menos 111 presos) e se tornou hegemônico nas prisões do estado no começo dos anos 2000. Calcula-se hoje que mais de 90% das unidades do sistema penitenciário paulista estejam alinhadas com o PCC. Sobre o PCC ver Karina Biondi (2010) e Camila Nunes Dias (2011). Sobre o Massacre do Carandiru ver Marta Machado e Maira Rocha Machado (2015).

2. Sigla para Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade, principal comando de oposição ao PCC no estado de São Paulo. Ver Adalton Marques (2009).

3. Outro comando de oposição, caracterizado pela adesão de suas lideranças a religiões de matriz africana.

dram no estrito ideal de masculinidade valorizado no *mundo do crime*⁴: *monas, bichas, travestis, envolvidos*, etc. Dentro dessas unidades prisionais, certas celas (ou *barracos*, no linguajar dos presos) são conhecidas por abrigar esses sujeitos: são os chamados *barracos das monas*. Neste artigo, apresento um esboço da etnografia de um *barraco das monas* em uma *cadeia de coisas*, a partir do trabalho de campo realizado nos anos de 2015 e 2016 em unidades masculinas do sistema penitenciário paulista⁵.

No primeiro semestre de 2015, participei de visitas semanais a um Centro de Detenção Provisória (CDP) masculino na Região Metropolitana de São Paulo como participante do GDUCC - Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade⁶. Dentre os presos que participavam do GDUCC, quatro se apresentaram com nomes femininos. Elas usavam o cabelo comprido sempre preso em um rabo de cavalo na parte de cima da cabeça, tinham a barba e as sobrancelhas cuidadosamente feitas, andavam sempre com a *neca* devidamente *aquendada*⁷ (colocando bem alta a cintura das deselegantes calças beges do uniforme da prisão de maneira a tornar bem visível a ausência de volume entre as pernas) e possuíam diversos tipos de modificação corporal: seios e nádegas moldados por hormônios e silicone, preenchimento nos lábios e maçãs do rosto, tatuagens de borboletas, flores e nomes de namorados. A relação densa de diálogo que desenvolvi com cada uma delas ao longo dos encontros foi o primeiro contato direto que tive com o universo das *monas* no sistema penitenciário.

Logo ficou claro que seria impossível trabalhar com categorias de identidade fechadas: estamos falando de um contexto no qual a divisão entre orientação sexual e identidade de gênero soa completamente artificial e onde as identidades cristalizadas na sigla LGBT fazem pouco sentido⁸. Elas se referiam umas às outras, a si mesmas e a mim como *monas, bichas, viados, homossexuais, mulheres e travestis*, mas não se fixavam em nenhuma dessas



4. Sobre a oposição entre o mundo do crime e o mundo do trabalho ver José Ricardo Ramalho (2008) e Gabriel Feltran (2008).

5. Visitei quatro unidades localizadas na Região Metropolitana de São Paulo. Contemplei, além disso, relatos de presos, funcionários e outros pesquisadores que circularam por unidades localizadas em diversas regiões deste estado.

6. Trata-se de uma atividade promovida pelo Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP que busca promover debates sobre o sistema penitenciário colocando em contato estudantes universitários e presos. O grupo que se reunia semanalmente contava com aproximadamente 20 representantes de cada categoria e a coordenação de quatro pesquisadores mais experientes das áreas de direito e psicologia. Sobre o GDUCC, ver Gabriela Braga & Emília Bretan (2008).

7. Aquendar a neca é o nome dado à técnica de ocultar os genitais masculinos produzindo o efeito visual de uma vagina. Ver Larissa Pelúcio (2009).

8. Esse descompasso já vem sendo descrito e analisado em etnografias realizadas no contexto de prisões femininas. Para além da diversidade de categorias, tem sido destacado o caráter situacional e ambivalente das identificações. Ver, por exemplo, Natália Padovani (2010; 2011; 2015), Natália Negretti (2015) e Fabíola Cordeiro (2016).

categorias: transitavam entre elas de acordo com a situação, produzindo efeitos relacionais diversos a cada escolha semântica.

Utilizando a expressão que elas mobilizavam mais frequentemente para falar de si mesmas e daquelas que entendiam como suas semelhantes, me refiro a elas simplesmente como *monas*. A abrangência e os limites desta (assim como de qualquer outra possível) categoria de classificação será problematizada ao longo do trabalho, mas partirei da hipótese de que é possível falar em experiências compartilhadas e formas de identificação e solidariedade (assim como de tensão e disputa) entre *monas* na prisão, por mais fluidas e instáveis que possam ser as fronteiras desse grupo. Devo pensá-las, sobretudo, como uma *territorialidade* (PERLONGHER, 1987) específica que ganha sentido no contexto da prisão.

O meu objetivo é, portanto, apresentar uma etnografia da diversidade sexual e de gênero no contexto do sistema penitenciário a partir da perspectiva de *monas*. A escolha desta categoria como ponto de referência implica em duas posições analíticas. Em primeiro lugar a proposta de aderir a uma formulação local que não separa identidade de gênero e orientação sexual: ser *mona* é ao mesmo tempo ser *feminina* (*mulher, bicha, travesti*) e ser *homossexual* (*veado, gay, fresco*). Em segundo, trata-se de enfatizar as formas específicas de identificação entre sujeitos que são historicamente marginalizados no interior do sistema penitenciário - em uma lógica distinta da organização em torno de identidades políticas na chave dos direitos humanos (e que se cristaliza em torno de categorias como *gay, homossexual, trans ou LGBT*).

Essa proposta faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado “A População LGBT Privada de Liberdade: sujeitos, políticas e direitos em disputa”⁹. Meu objetivo é, em linhas gerais, analisar a construção da chamada população LGBT *privada de liberdade* como um sujeito de direitos através de um determinado conjunto de tecnologias de poder, como a promoção de levantamentos demográficos, normativas institucionais e políticas públicas específicas. Em outras palavras, estou querendo entender o que acontece quando um conjunto muito diversificado de sujeitos (*monas, bichas, sapatões, travestis, envolvidos, etc.*) é interpelado pela lógica dos

9. Realizada no programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS-USP) sob a orientação da Profa. Dra. Laura Moutinho e com o financiamento da FAPESP.



direitos humanos enquanto uma determinada *população*.

Nos últimos 5 anos, as demandas específicas dos chamados *presos* LGBTTT tem ganhado cada vez mais atenção por parte do Estado e de movimentos sociais em todo o Brasil (LAGO & ZAMBONI, 2016). A implementação das primeiras políticas públicas voltadas para essa população, no entanto, tem sido marcada por contradições, tensões e incompreensão mútua. Uma das mais evidentes causas dessa dificuldade é o flagrante descompasso entre as categorias de identidade utilizadas pelo Estado (em diálogo com os movimentos LGBT) e as formas como esses sujeitos se identificam e se diferenciam uns dos outros em termos de gênero e sexualidade no universo do sistema penitenciário (ZAMBONI, 2016). Este artigo busca explorar justamente esses sistemas locais de classificação e sua relação com a organização do espaço prisional.

No segundo semestre de 2016 passei a fazer parte do Grupo de Trabalho “Mulher e Diversidade” da Pastoral Carcerária (PCr) da Arquidiocese de São Paulo¹⁰. Já como *agente da pastoral*, voltei a fazer visitas em unidades prisionais conhecidas como *cadeias de coisas* - podendo dialogar novamente com *monas* e conhecer os *barracos* que elas habitavam. Essa nova entrada me permitiu atualizar e rever as impressões etnográficas que eu vinha sistematizando¹¹.

A etnografia aqui apresentada combina, portanto, esses dois momentos do trabalho de campo. Minha estratégia textual será criar um *barraco*, uma ala (“a Ala A”) e um Centro de Detenção Provisória (“o CDP”) fictícios a partir das diversas celas, alas e unidades com as quais tive contato (direta ou indiretamente). O *barraco das monas* e a *cadeia dos coisas* aqui apresentados trazem os traços predominantes do contexto com o qual tive contato mais intenso - mas essas características ajudam a entender a dinâmica mais ampla da distribuição espacial da diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário paulista como um todo. Esse recurso permite evitar a exposição de instituições e atores específicos. As *monas* aqui descritas também combinam



10. Grupo de Trabalho que reúne agentes da Pastoral Carcerária com o objetivo de construir um repertório sobre as questões de gênero e diversidade sexual no ambiente prisional. Trata-se de um espaço de formação e encontro que tem colaborado para a produção de dados sobre o tema e para a elaboração e manutenção de políticas públicas relacionadas com essas questões.

11. A primeira versão desse trabalho foi apresentada em 2015 na XI RAM, Reunião de Antropologia do Mercosul, em Montevideo. Agradeço nesta ocasião os coordenadores do GT 58 (Desejos que Confrontam: Antropologia e Sexualidades): Jorge Leite Junior, Mauricio List Reyes e María Elvira Díaz Benítez, bem como os comentários de Natália Lopes. No processo de elaboração deste artigo agradeço também as leituras cuidadosas de Natália Lago, Gibran Teixeira Braga e Mauro Feola.

traços de diversas interlocutoras, sendo identificadas por pseudônimos.

Como deve ficar claro ao longo do texto, trabalhar com questões de gênero e sexualidade nesse contexto é especialmente desafiador. Por um lado a bibliografia sobre prisões masculinas é mais ou menos impermeável aos debates políticos e acadêmicos em torno de gênero e sexualidade (LAGO & ZAMBONI, 2016). Por outro, o universo das prisões tem muitas especificidades com as quais os pesquisadores da área de gênero e sexualidade não estão familiarizados. É preciso praticar a todo tempo um processo de dupla tradução entre esses mundos - que alonga e complexifica o texto e faz proliferar as notas de rodapé. Além disso, as recorrentes referências a categorias êmicas (tanto do Estado quanto dos presos) são fundamentais para a caracterização desse contexto – e se farão visíveis pela marcação em *itálico*. Este deve ser encarado, portanto, como um exercício de escrita etnográfica experimental e exploratório.

O artigo é composto por quatro seções, além das considerações finais. A lógica do encadeamento é partir de uma escala mais ampla e ir ajustando o foco para contextos cada vez mais específicos. Nesta primeira seção falei sobre o trabalho de campo e apresentei os problemas gerais de pesquisa. Na próxima reflito sobre a distribuição de contingentes de presos entre unidades do sistema penitenciário. Em seguida, analiso a organização do espaço e a produção do cotidiano em uma *cadeia de coisas*. Por fim, trarei um pouco da dinâmica e da hierarquização interna do *barraco das monas*.

As monas na cadeia dos coisas

As práticas de distribuição de contingentes de presos e de transferência entre unidades do sistema penitenciário paulista é extremamente complexa e muito pouco transparente. Uma compreensão mais ampla de como determinadas linhas de força engendram práticas efetivas de transferência de presos entendidos como *homossexuais, travestis e transexuais* para unidades de *seguro* exigiria um mergulho etnográfico no universo da administração penitenciária que não tive ainda a oportunidade de fazer. Há, no entanto, fortes evidências empíricas dessa concentração – que tem sido observada por diversos pesquisadores e ativistas (ZAMBONI, 2016). Nesta seção, irei trabalhar sobretudo com discursos que ajudam a dar inteligibi-



lidade a essa dinâmica, atestando de uma forma ou de outra a afinidade relativa entre as *monas e as cadeias de coisas*.

Conversei sobre isso com Samanta, uma mona de 25 anos que já contava oito passagens pelo sistema¹². Em relação à sua circulação por unidades prisionais alinhadas com diferentes comandos, Samanta afirma que as *bichas* ocupam uma posição ambivalente: se por um lado elas não são incorporadas por nenhum desses coletivos, também não são rejeitadas ou condenadas sumariamente por nenhum deles (como costuma ser o caso de presos ligados a organizações rivais). Em suas palavras:

Se uma bicha entra na cadeia do PCC, ela fecha com o PCC. Se ela entra numa cadeia do CRBC, ela fecha com o CRBC. Se a bicha entra numa cadeia da Seita Satânica, ela fecha com a Seita Satânica. Ela não vai entrar para nenhuma delas, entendeu, mas ela fecha com todas.

A *bicha*, portanto, não *entra* em nenhuma, mas *fecha* com todas. Ela está relativamente fora das disputas entre coletivos, de forma que pode negociar as condições de sua estadia em cada instituição. Essa possibilidade de sobreviver em todos os contextos não significa, no entanto, que o status da *bicha* em cada um desses cenários seja o mesmo. Diante da pressão colocada por sua irmã¹³ para que ela fique em uma unidade alinhada com o PCC, Samanta ressalta a diferença entre essas e as *cadeias de coisas*, afirmando que a permanência nestas seria para ela mais vantajosa:

A minha irmã me cobra muito para eu ir para uma cadeia do PCC. Ela disse que já fechou com os irmãos de eu ir para lá. Eu já fiquei em cadeia do PCC mas para a gente que é homossexual é ruim demais, é muito sofrimento. A gente fecha com eles mas tem que usar cabelo curto, não pode usar roupa feminina, não pode ter relação. E aqui tem uns bofe, cada homem que tem aqui, uns bofe lindo que você não acredita e que tão querendo você. É babado, mulher!¹⁴

A permanência em uma *cadeia do PCC* implicaria, portanto, a necessidade

12. A palavra *sistema* é usada informalmente pelos presos para se referir ao universo do sistema penitenciário e em alguns contextos também ao sistema socioeducativo (MALLART, 2014).

13. A irmã de Samanta era *comandante* do PCC, tendo sido *batizada* durante uma de suas passagens por uma prisão feminina. Junto com outros parentes, elas haviam formado uma *gangue* que assaltava caixas eletrônicas na periferia da capital. Sobre mulheres no PCC ver Natália Lago (2014) e Natália Padovani (2015).

14. Samanta, depois de saber que eu tinha um namorado, começou automaticamente a se referir a mim como *mulher*. Nas primeiras vezes que deixou escapar essa expressão ainda pediu desculpa: "ai, desculpa, te chamei de mulher de novo, não sei se você gosta". Depois de eu dizer que eu não me importava e que achava até simpático, ela aderiu completamente a essa fórmula, usada muito frequentemente também no diálogo com outras *monas*.



de seguir um código de conduta restritivo em relação a diferentes expressões de gênero e sexualidade¹⁵. Permanecendo na *cadeia dos coisas*, ela pode expressar certos atributos de feminilidade e exercer mais livremente a sua sexualidade – possibilidade facilitada pela presença de homens (*bofes*) desejáveis e dispostos a manter relações com *homossexuais*.

Essas restrições em relação à performance de gênero parecem estar relacionadas com o lugar da masculinidade no sistema de valores do *mundo do crime* em geral e do PCC em particular¹⁶. Joaquim, um preso provisório que havia sido transferido de uma *cadeia do comando*, fala da existência de uma *ideologia do crime* que valoriza a masculinidade:

Isso é uma coisa da ideologia do crime no Brasil, entendeu? É uma coisa que não foi o PCC que inventou. O PCC adotou e por assim dizer transformou em lei, mas é uma coisa que já estava na ideologia do crime. E o que é? É essa idéia de que para ser bandido tem que ser sujeito homem e tem que gostar de mulher. E a gente vê que isso vale até para mulher, que em geral a mulher do crime é aquela que gosta de mulher também. É o sapatão. Mas a gente vê que isso é uma ideologia. Na verdade se você pensar não tem nada a ver uma coisa com a outra. O sujeito pode ser homossexual e pode ter a personalidade criminosa, aquela propensão, ser do crime mesmo. A atitude criminosa qualquer um pode ter, não tem essa. Mas no Brasil ele não vai ter voz ativa na organização, não vai ter o lugar dele, por que tem essa ideologia.

Joaquim fala, portanto, de uma certa *ideologia* para qual é preciso ser *sujeito homem* para ter voz ativa. Essa compreensão de que “no *crime* é preciso ser *sujeito homem*” é abordada por Karina Biondi (2010) em sua etnografia sobre o PCC e desenvolvida por Guilherme Boldrin (2014). No limite, está a ideia de que “tem mona que é mais criminosa que muito ladrão aí”, mas que, em última instância, “as monas são do crime mas não são o crime porque o crime não dá o cu” (BIONDI, 2010, p. 147-8). Ou seja, mesmo quando são reconhecidas como sujeitos *com proceder*¹⁷ no *crime*, as monas

15. Não existe na bibliografia das ciências sociais sobre o PCC e o sistema penitenciário paulista um consenso acerca do lugar da homossexualidade (ou, de forma mais ampla, das relações sexuais entre presos) nos códigos de conduta dessa organização. Em outro trabalho, Natália Lago e eu buscamos sistematizar as diferentes leituras e colocá-las em relação ao discurso de lideranças do PCC (LAGO & ZAMBONI, 2016). Não entrarei aqui nos meandros desse debate: darei prioridade aos discursos com os quais tive contato no trabalho de campo, mobilizando outros autores na medida em que eles possam iluminar determinados pontos. As principais referências nesse sentido são os trabalhos de Karina Biondi (2010), Camila Nunes Dias (2011) e Guilherme Boldrin (2014).

16. Sobre a construção da figura do criminoso por meio dos dispositivos do sistema de justiça penal e sobre a identificação de determinados sujeitos com esse lugar social, ver Michel Foucault (1977) e Michel Misse (2006).

17. Ter proceder significa ser reconhecido como alguém que age pelo certo, de acordo com os códigos de conduta do crime. Ver Adalton Marques (2014).



não são vistas (ou tratadas) em pé de igualdade dentro de um sistema de valores que associa poder a masculinidade e a um papel sexual ativo.

A proibição do estupro (NUNES DIAS, 2011) e a adoção da *igualdade* como um dos valores máximos do PCC (BIONDI, 2010) trouxeram mudanças positivas para as condições de vida de indivíduos entendidos como *homossexuais* ou *monas* em prisões alinhadas com o *comando* (como poderem habitar normalmente as áreas do *convívio*). No entanto, esse coletivo instituiu restrições rigorosas para a realização de práticas sexuais entre presos e continua excluindo esses sujeitos dos processos políticos tidos como decisivos no *mundo do crime*, além de autorizar a prática de certos rituais de segregação entendidos como humilhantes (como a proibição de usar os mesmos pratos e talheres que os demais presos)¹⁸.

Essa compreensão da relativa exterioridade das *monas* em relação ao *crime* não é algo aceito passivamente pelas minhas interlocutoras. Em uma dinâmica semelhante à observada por Laura Moutinho (2006) na relação de jovens negros e homossexuais com o *tráfico* em uma favela carioca, esse distanciamento permite também novas possibilidades de agência. Essa margem de negociação com a adversidade fica bastante clara quando se trata das trajetórias de presas que se afirmam como *travestis* – palavra que na *cadeia* é diretamente associada com um projeto de modificação corporal e ascensão social (e até mesmo circulação internacional) por meio da prostituição. Lola, uma *travesti* de 33 anos, me disse:

Nós travestis não somos do crime, entendeu? A gente muitas vezes comete – um crime dentro daquilo que a gente faz, que é a prostituição. Porque onde tem prostituição a gente sabe que tem muito crime. Na pista tem muita droga, muito roubo, muita violência também. Essa coisa de ciúme, de competição, dá muita briga também, muito barraco. O crime é uma coisa que a gente pode fazer assim, e ser presa por isso, e tem que pagar cadeia. Mas não é da nossa natureza, entendeu?

O discurso de Lola mostra como concepções de gênero muito semelhantes àquelas mobilizadas pelos membros do PCC para excluir *monas* de determinados processos políticos pode ser apropriada por *travestis* para afirmar um

18. Desde meados de 2015 tenho ouvido rumores de que por meio de novos salves as posturas do PCC em relação a esses temas tem se transformado – inclusive com a aceitação de homossexuais como *irmãos*. Mas os efeitos dessas mudanças ainda não se fazem sentir na maior parte das unidades.



certo descolamento estratégico do *mundo do crime* – distanciamento muitas vezes vital no diálogo com agentes do Estado e de movimentos sociais.

A ambivalência da *pista* como um cenário onde podem ser praticados tanto a prostituição quanto o crime permite a elas elaborarem de diferentes formas a trajetória que as levou “da *pista* para a *cadeia*”. Samanta tem a estratégia inversa. Se vendo como alguém do crime, ela afirma que frequentemente a *pista* apenas para roubar – que em algumas ocasiões até se fazia passar por prostituta para roubar as *mariconas*¹⁹, mas que seu *negócio* era mesmo o *crime*. Em ambos os casos, concepções de gênero e sexualidade são mobilizadas como importantes elementos na constituição das narrativas: “apesar de ser *homossexual* meu negócio é roubar, não me prostituir” ou “eu sou *travesti*, portanto apesar de eventualmente roubar meu negócio é a prostituição”. A associação entre crime e masculinidade, prostituição e feminilidade está implícita em ambos os casos.

Na cartografia mais ampla do sistema penitenciário, as unidades chamadas *de seguro* ou *de oposição neutra*, ou seja, aquelas nas quais a autoridade disciplinar está sobretudo *nas mãos dos funcionários* (com pouco ou nenhuma mediação de grandes coletivos de presos) são justamente aquelas entendidas como mais *tranquilas*, onde nem todo mundo é do *crime*. A ideia de *ritmo* é frequentemente mobilizada por presos e funcionários para falar das dinâmicas de convivência características de cada unidade – e em alguns casos em raio e celas específicos (BIONDI, 2010). A compreensão de que as *monas* de forma geral não são do *crime* ajuda a estabelecer entre os funcionários a impressão de que elas se integrariam melhor ao *ritmo* das unidades *de seguro* – ou que, no limite, poderiam contribuir para a garantia dessa *tranquilidade*. Mesmo quando são descritas como *escandalosas* ou *indisciplinadas*, as *monas* são dificilmente consideradas *perigosas* da mesma forma que *assassinos, narcotraficantes ou lideranças do PCC*²⁰.

Está expressa, portanto, em diferentes graus e no discurso de diversos atores, uma certa afinidade entre as *monas* e as *cadeias de coisas*. Os processos ad-



19. O termo *Maricona* aqui é utilizado como sinônimo de cliente em potencial. Ele pode ser usado também para designar um homem pouco viril relativamente mais velho e em melhores condições de vida que se relaciona afetiva e sexualmente com travestis ou homossexuais.

20. Uma compreensão semelhante motivou a criação das primeiras unidades prisionais femininas no Brasil em meados do século XX. A ideia de que o crime é algo fundamentalmente masculino ou de que a natureza da criminalidade na mulher é intrinsecamente diferente daquela encontrada nos homens deu força ao projeto de separação do sistema penitenciário entre unidades masculinas e femininas. Ver a esse respeito Elça Lima (1983), Natália Padovani (2010) e Bruna Angoti (2011).

ministrativos ou mesmo burocráticos pelos quais essa afinidade engendra a concentração desses sujeitos em determinadas unidades merece ainda uma investigação mais cuidadosa. Trata-se, além disso, de apenas uma dimensão (a mais ampla) da distribuição espacial da diversidade sexual de gênero no sistema penitenciário masculino. Nas seções seguintes, devemos olhar para uma dimensão mais microscópica, no interior de uma *cadeia de coisas*.

A bomba de testosterona

Numa cadeia a gente tem muita testosterona junta em um espaço muito pequeno. E fica toda essa testosterona comprimida entre quatro paredes, sacou? É tipo uma bomba de testosterona, a gente pode dizer até uma bomba relógio, que pode explodir a qualquer momento. Por isso a gente tem que ter muita ordem, muita disciplina e harmonia.

Foi assim que Edson, um dos *faxinas* da ala A²¹, justificou a necessidade de disciplina na prisão. *Faxina* é o nome dado aos moradores das duas celas fisicamente mais próximas da entrada de cada ala. Sendo responsáveis por grande parte dos trabalhos de limpeza e de manutenção da prisão, eles se movimentam mais livremente pelas suas dependências e tem um papel fundamental na circulação de informações e na mediação das relações entre os funcionários e a população carcerária²². Trata-se de uma posição de grande prestígio dentro da *cadeia*, acompanhada de pequenos privilégios e grandes responsabilidades. Além dos faxinas, cada cela tem um setor (também chamado de *palavra* ou *voz*), alguém especialmente *considerado no barraco*, responsável por levar as demandas de seus companheiros de cela para os faxinas ou para a administração. Mesmo em uma unidade *nas mãos dos funcionários*, a maior parte das atividades que fazem o cotidiano da prisão é organizada pelos próprios presos²³.

As três palavras evocadas no final da fala de Edson não são gratuitas. “Disciplina, Harmonia e Ordem” foi escolhido como lema da ala em oposição a “Paz, Justiça e Liberdade” (lema do Comando Vermelho²⁴ incorporado pelo



21. O CDP, assim como grande parte dos CDPs do estado, possui 4 alas (também chamadas de raios) com 16 celas em cada.

22. Sobre a centralidade do faxina no cotidiano da prisão, ver Drauzio Varella (1999, p. 99-104). Sobre a disposição da cela destinada aos faxinas no espaço prisional e sua relação com a estratificação social entre presos ver Fabíola Cordeiro (2016, p. 34).

23. Em unidades alinhadas com comandos a interferência dos funcionários nas dinâmicas de convivência entre os presos é ainda menor, e as funções de faxina e setor (que podem receber outros nomes também) ganham um caráter político mais acentuado – estando fortemente associado com o lugar na hierarquia interna dos coletivos (BIONDI, 2010).

24. Coletivo de presos formado no estado do Rio de Janeiro em 1979 e atuante até hoje.

PCC) marcando a distância moral e política dos líderes da ala em relação aos coletivos de presos e ao *mundo do crime*. A ala A se caracteriza por concentrar um grande número de pessoas que nas ruas ocupavam profissões como policiais, militares, agentes penitenciários, seguranças e vigilantes. É o caso de Edson, assim como da maior parte dos *faxinas* e *setores* da ala A.

Essas profissões são historicamente rechaçadas pela população carcerária por serem entendidas como inimigas do *crime* – rejeição particularmente intensa no contexto dos coletivos. A conquista da hegemonia pelo PCC no sistema penitenciário paulistano consolidaria a tendência de transferir estes presos, cuja vida estaria permanentemente em risco nas *cadeias do comando*, para as unidades de *seguro*. Os funcionários costumam ver essa categoria de presos com particular simpatia – mesmo porque entendem que estariam na mesma situação caso viessem a ser presos. A ala A é, portanto, considerada como uma das mais *tranquilas* do *sistema*, uma ala com muitos *pais de família azarados* e poucos *criminosos de fato*.

Analisemos agora a imagem da prisão como uma *bomba de testosterona*. Em primeiro lugar, ela nos remete a uma certa compreensão da relação entre masculinidade e violência. A substância que constitui a masculinidade orgulhosamente ostentada pelos presos aparece também como responsável por uma agressividade imprevisível e explosiva. A disciplina, uma virtude também masculina (associada a ordem e harmonia, racionalidade e temperança), é o que permite controlar os riscos da convivência sem ferir essa masculinidade. Em segundo, está a imagem da compressão espacial como um catalisador desses potenciais conflitos.

A superlotação é um problema grave e onipresente no cotidiano das prisões paulistas. Este CDP abriga uma população aproximadamente três vezes maior do que o número de vagas previsto. As celas projetadas para 8 pessoas²⁵ recebem entre 16 e 45 presos. Neste espaço eles passam 15 horas por dia (a *tranca* vai das 17:00 às 8:00) e fazem todas as refeições. Nas outras nove horas eles podem circular entre o pátio, os corredores e as outras celas da ala. Não é difícil imaginar as tensões que emergem dessa dinâmica.

As estratégias de distribuição de presos entre alas e celas no interior das

25. As celas têm dimensões de aproximadamente 5,0 x 5,0m², são ventiladas apenas por uma porta gradeada (conhecida como *capa*) voltada para o pátio da ala, possuem dois vasos sanitários, um chuveiro, e oito burras (camas de cimento).



prisões é um dos recursos mais importantes na gestão dos atritos que essa convivência (in)tensa provoca. A tendência é que se procure concentrar perfis específicos de presos em celas e alas determinadas, cada uma com seu *ritmo* próprio. Os *faxinas* e *setores* são os principais mediadores dessa operação. Na ala A, além das celas de ex-policiais, ex-militares e ex-vigilantes, há celas de evangélicos, de idosos e doentes (cuja principal característica é que não se pode fumar durante a *tranca*), de *loucos* (como são entendidos doentes mentais e deficientes intelectuais) e, é claro, também de *monas*. Em outras alas do CDP, há também celas de estupradores, de ex-membros de facções e de usuários de *crack* – populações rechaçadas no sistema penitenciário como um todo e rejeitadas também pelas lideranças da ala A.

Lembrando da fala de Samanta, no entanto, podemos pensar em uma outra face da imagem da *bomba de testosterona* que nos ajuda a entender a conformação do *barraco das monas*: o confinamento de uma grande concentração de homens em um espaço restrito possibilita também o florescimento de uma sexualidade intensa e exuberante. A ideia do cárcere como um espaço propício para a promiscuidade e a experimentação sexual, assim como da ameaça constante do abuso sexual, está presente em grande parte da literatura (científica e ficcional) sobre prisões. A eclosão da epidemia de HIV/AIDS na década de 1980 e seu rápido crescimento dentro do sistema penitenciário contribuíram para que essas práticas ganhassem visibilidade na esfera pública. Os prazeres e perigos da estadia de homossexuais nesses espaços, onde podem tanto ter acesso privilegiado aos corpos de *homens de verdade* quanto estar sujeito a formas brutais de estupro, estão também presentes no imaginário de homens gays – e com particular força na pornografia. A hipervirilidade associada ao *mundo do crime* ganha nítidos contornos na imagem de um espaço prisional hipersexual. Trata-se de um dos exemplos clássicos da ténue (mas obsessiva e violentamente vigiada) fronteira entre homosociabilidade e homossexualidade de que nos fala Eve Segdwick (2007).

Uma das imagens mais marcantes que guardo das visitas ao CDP foi a primeira vez que eu vi a movimentação do pátio interno de uma das alas durante o banho de sol. O pátio consiste basicamente em uma quadra de futebol de salão cercada por dois andares de celas e incontáveis varais



abarroados de roupas e lençóis. Quando não há uma partida²⁶ em andamento, os presos (dezenas e em alguns momentos até centenas) caminham em um movimento circular neste limitado espaço (a imagem de que cada *cadeia* tem um *ritmo* faz muito sentido neste momento). Era uma tarde quente e ensolarada de meados de maio. Os *homens*, bronzeados e corpulentos, estavam em sua maioria sem camisa e o suor brilhava na superfície da carne. As *monas* caminhavam displicentemente no meio da multidão, com passos lânguidos e roupas minúsculas (ousadíssimos *tops*, *shorts* e *blusinhas*). As interações e insinuações eram muitas – e não é difícil ver um homem desca- misado sair em direção a um lugar mais reservado com uma *mona* depois de terem andado lado a lado por algum tempo e trocado algumas palavras.

A tensão sexual característica desse espaço ganha forma em práticas específicas através da relação com outras dimensões da experiência prisional, em especial com a economia informal que ali se estabelece: as trocas sexuais e as trocas econômicas se entrelaçam de diversas maneiras²⁷.

A incapacidade da administração penitenciária em fornecer os bens materiais necessários para uma existência minimamente digna (e em alguns casos a própria sobrevivência) no cárcere é uma realidade bem conhecida no Brasil. Os presos têm, portanto, grande dependência dos recursos enviados por pessoas *de fora* (em geral familiares) com os quais mantém um vínculo e dos bens que circulam no interior da prisão por meio de trocas informais (GO-DOI, 2015). O cenário é particularmente crítico no caso deste CDP onde há pouquíssimas oportunidades de trabalho (por se tratar de um lugar destinado a presos provisórios) e onde apenas uma pequena parte dos presos recebe regularmente o *jumbo*²⁸ (cerca de um em cada 6) ou visitas (cerca de um em cada 40). Há três principais formas de redistribuição desses recursos vindos *de fora*: a troca (através de um mercado informal), a *barraca* e a *ativa*.

Barraca é como se chama a despensa coletiva de cada cela, compartilhada pelos presos com a mediação do *setor*. Além da barraca, cada preso tem seu *picuá*, a sacola onde guarda seus bens pessoais (roupas, alimentos, produtos de higiene pessoal). Um código moral generalizado no CDP determina

26. Em geral partidas de futebol disputadas entre homens. Em algumas situações extraordinárias são organizadas partidas de vôlei entre monas.

27. Sobre o entrelaçamento entre trocas econômicas, afetivas e sexuais, ver os trabalhos de Viviana Zelizer (2009), Natália Padovani (2015) e Fabíola Cordeiro (2016).

28. *Jumbo* é como é chamada a sacola com alimentos, produtos de higiene pessoal, cigarros e outros produtos necessários para a vida na prisão que internos recebem periodicamente de seus parentes ou visitantes.



que aqueles que recebem o *jumbo* devem doar pelo menos metade do seu conteúdo para a *barraca*. Doar mais que isso é uma atitude bem vista, um sinal de generosidade recompensado com prestígio. Doar menos que isso é impensável e deve culminar na expulsão imediata do barraco. Os alimentos da *barraca* e dos *picuás* são fundamentais para complementar as precárias refeições fornecidas pela administração. Na ausência de cozinha e refeitório, as refeições são compradas de um servidor terceirizado, distribuídas pelos *faxinas* e consumidas na própria cela. Além das três refeições diárias previstas pela administração (às 7:00, às 12:00 e às 17:00), cada cela faz (entre as 20:00 e as 22:00) uma última refeição conhecida como *subidinha* com as sobras do almoço e os recursos da *barraca* e dos *picuás*.

Fazer uma ativa é a expressão que os presos usam para descrever a infinita variedade de pequenos trabalhos ou favores que podem realizar em troca de bens materiais: fazer o *rapa* (limpeza ou faxina), lavar roupas e lençóis, fazer remendos e consertos, massagens, etc. A moeda corrente neste contexto é a *arapiraca* – cigarro feito pelos próprios presos com fumo de corda *dichavado* e *bolado* em folhas de cadernos, jornais ou revistas²⁹.

Determinadas modalidades de *ativa* são fortemente associadas a papéis de gênero específicos e outras atividades são permeadas por tabus de separação. Existe, por exemplo, uma clara associação das *monas* com os trabalhos de lavanderia e costura. O *rapa*, embora seja muitas vezes reivindicado como feminino, é relativamente neutro em termos de gênero. O contato com alimentos (tanto no preparo quanto na distribuição e no consumo), por outro lado, está sujeito a uma série de rituais de separação. Segundo um código descrito e analisado por Guilherme Boldrin (2014), *homens* presos não podem consumir alimentos nem compartilhar talheres e recipientes (copos, pratos, cumbucas) com *monas* sem serem considerados também *monas* ou *envolvidos*³⁰ – sendo sujeitos, portanto, ao mesmo regime de separação.

Há, além disso, uma forma de *ativa* que é, ao menos em teoria, praticada exclusivamente por sujeitos vistos como *femininos*: o trabalho sexual. Atividades sexuais necessitam de espaços físicos concretos. Como não há na ar-

29. Os cigarros industrializados são escassos no CDP e, embora circulem também nestas transações, são vistos sobretudo como um bem de luxo.

30. Como são conhecidos os homens que mantém relações sexuais e afetivas com as *monas* no contexto da prisão. Muitos deles possuem uma vida heterossexual convencional *na rua*.



quietura da prisão espaços destinados para a realização de práticas sexuais entre presos (quando existem, os chamados *motelzinhos* são destinados aos presos que recebem visita íntima)³¹, os *barracos das monas* costumam ser os locais privilegiados para essas práticas – e, como veremos, as *monas* se mobilizam para que assim seja. Em certos contextos, como o descrito por Bol-drin (2014), esses barracos são por esta razão frequentemente chamados de celas *cabaré*. No entanto, *barracos de monas* existem também em contextos onde as trocas sexuais entre presos são interditas, como em *cadeias do PCC*. Em outras palavras: Embora os *cabarés de cadeia* costumem ser no *barraco das monas*, nem todos os *barracos das monas* funcionam como *cabarés*.

A conversão de determinadas celas em *barracos de monas* ganha sentido, portanto, dentro de um quadro mais amplo de relações de poder e de dinâmicas de troca características do sistema penitenciário. Nesta seção, foram alinhavados alguns elementos do trabalho de campo que ajudam a entender o lugar do *barraco das monas* na lógica da produção do cotidiano em uma ala específica da *cadeia dos coisas*. Deve ter ficado claro, neste sentido, que as *monas* não apenas estão na *cadeia dos coisas*: elas são uma parte constitutiva da dinâmica dessas *cadeias* como as vemos hoje. A seguir, focaremos em uma escala ainda menor – o funcionamento interno do próprio *barraco*.



O barraco das monas

É importante a gente ter o nosso barraco por duas razões. Primeiro para a gente ter a nossa privacidade, que não dá para ter no meio de tanto homem. E segundo por uma razão de sentimentos mesmo. Porque a gente entende o que a gente é, que somos homossexuais, e o homem nem sempre entende o que isso significa. Porque enquanto eles jogam bola o dia inteiro a gente está lá costurando, fazendo as nossas coisas. Então a gente pode compartilhar esse sentimento, servir de apoio um para os outros, ou melhor, de uma para as outras, né? De mulher para mulher, por assim dizer.

Ao falar sobre as especificidades do *barraco da monas*, Lola mobiliza uma série de elementos associados ao feminino. Lola é uma *barraquete*, ou seja, uma das *monas* responsáveis pelas tarefas domésticas do *barraco*. Trata-se, neste contexto, de uma forma específica de *ativa*, mas também de uma posi-

31. Sobre a heteronormatividade característica da gestão do direito à visita íntima no sistema penitenciário paulista, ver Barbara Soares e Iara Ilgenfritz (2002) e Natália Padovani (2011).

ção estratégica na produção da vida cotidiana do *barraco*. Seu discurso tem, portanto, um aspecto também político, expressa uma demanda por respeito:

A gente tem que ser muito organizada, entendeu? Porque não somos depravadas, nós temos respeito e esse respeito precisa sempre ser mostrado. Os outros precisam respeitar a nossa homossexualidade. E não é homossexualismo, viu? É homossexualidade mesmo, porque ismo é de doença e a gente não é doente. Nós queremos ver o respeito que impomos. Queremos ser tranquilas e respeitadas pelo que somos e como somos.

A manutenção da *tranquilidade* no *barraco das monas* é, portanto, fundamental para a reivindicação de respeito por parte dos demais presos. O sistema de valores que organiza a conduta das *monas* tem em seu centro um certo ideal de feminilidade. São valorizadas, nesse sentido, a delicadeza, a sensibilidade, a elegância, etc. São rechaçadas, por outro lado, certas dimensões negativas da feminilidade, em particular aquelas associadas com o *exagero*, como o *escândalo*, o *ciúme* e a *falsidade*. Exemplos de conduta negativos, em geral atribuídos a *monas* de outros *barracos*, são mobilizados continuamente para reafirmar a norma. Vejamos por exemplo o que nos conta Viviane, uma *mona* de 21 anos, sobre sua experiência em outra ala:

Tinha uma bicha na ala D que vivia fazendo escândalo por causa de homem. Era sempre uma gritaria, tinha dia que ela vinha e cortava o marido, tinha dia que ela se cortava para chamar atenção, ficava se arranhando e se atacando com as outras por causa de ciúmes. Era mesmo o que a gente podia chamar de uma bicha louca né...

Ouvi diversas vezes que o *barraco das monas* da Ala A do CDP era considerado um dos mais *tranquilos* do *sistema*. Em grande parte, essa organização era atribuída ao caráter *militar* da própria ala, que havia conseguido também banir o uso do *crack*. Devido ao banimento do *crack* pelo PCC (considerado uma ameaça à *paz entre os ladrões*), as *cadeias de coisas* costumam concentrar uma grande quantidade de usuários da droga – criminalizados pelo recente recrudescimento da legislação relativa ao tráfico de entorpecentes. De acordo com Samanta, “as outras alas do CDP estão cheias de *cracudos*, parece que você está na Boca do Lixo”³².

32. Boca do Lixo é como é chamada uma área na região central da cidade de São Paulo caracterizada pela prostituição e pelo tráfico de drogas.



Outro elemento valorizado na organização do barraco é a competência política de Leopoldina, que está há dois anos na função de setor. Trata-se de uma travesti de 35 anos (que no barraco das monas é considerada uma idade avançada), presa por tráfico de drogas. Leopoldina é admirada por sua capacidade de impor respeito tanto às outras meninas quanto aos demais presos, servindo de mediadora em conflitos e oferecendo apoio em momentos de crise. Metáforas de parentesco e domesticidade são frequentemente mobilizadas para descrever sua posição tanto de afeto quanto de autoridade³³. Lola, mesmo tendo 33 anos, fala que ela “é como uma mãe para a gente, que entende os nossos sentimentos”.

A paz no barraco também é fundamental para garantir o sucesso de uma atividade vital para a manutenção das condições materiais de existência das monas na prisão: as trocas sexuais. A expressão fazer um *cabaré na cadeia* sintetiza o caráter coletivo do trabalho de viabilizar o exercício da prostituição no barraco. A transformação de uma cela pequena e abafada onde dormem e se alimentam mais de 30 pessoas em um ambiente minimamente convidativo e acolhedor para práticas sexuais exige uma orquestração prodigiosa. Lençóis são pendurados e arranjados de maneira a criar múltiplos ambientes com relativa privacidade e diversas possibilidades de circulação. Mesmo as monas que não fazem *programa* na cadeia estão de alguma forma engajadas em *fazer um cabaré* – seja ajudando na limpeza e organização do barraco, seja no compromisso de circular de forma a não atrapalhar os preparativos.

Participar de trocas sexuais na prisão não é razão de grande constrangimento para as monas – embora aquelas que possam prescindir desse recurso ostentem com orgulho essa condição. A maior parte das minhas interlocutoras afirmou frequentar a *pista* quando estavam na rua, embora nem sempre para se prostituir. Como vimos, algumas (em especial as *travestis*) enfatizam sua afinidade com a prostituição, enquanto outras preferem ser vistas como *criminosas*.

Uma dinâmica própria de distinção diferencia as monas umas das outras, produzindo a hierarquia interna do barraco. O símbolo de status mais valorizado é, sem dúvida, a manutenção de vínculos com pessoas *de fora* da prisão – especialmente quando este se materializa em visitas regulares e

33. Essa lógica se assemelha com aquela observada em casas de prostituição de travestis, como as pesquisadas por Letizia Patriarca (2015).



na entrega do *jumbo*. Pouquíssimas *monas* conseguem essa façanha e as que conseguem são simultaneamente invejadas e prestigiadas (pela contribuição maior que podem fazer para a *barraca*). Essa escassez costuma ser explicada pela combinação entre os estigmas do encarceramento e da homossexualidade: “se já é difícil a família aceitar um filho e dar apoio quando ele é preso, imagina quando ele ainda por cima é *homossexual*”.

Outro capital importante são as relações afetivas com *homens* (também chamados de *bofes* ou *ocós*) dentro da prisão³⁴. Ao contrário do que acontece na lógica dos *programas*, nesse caso o fluxo de recursos e favores costuma ir da *bicha* para o *bofe* – em uma dinâmica semelhante a observada por Don Kulick (2008) entre travestis que se prostituem. Não chega a ser incomum que elas mantenham trocas sexuais com *mariconas* para sustentar o *vício*. Do *bofe*, no entanto, se espera fidelidade total – sob o risco de ser ferido, de ficar *marcado* ou *manchado* moralmente e ser expulso do *barraco*. Como vimos, uma das vantagens de estar em uma *cadeia de coisas* é a possibilidade de dividir a cela com *namorados* e *maridos*. A presença desses *homens* (vistos, aliás, como *homossexuais* pelo restante da população carcerária)³⁵ não muda o fato de se tratar de um *barraco das monas*³⁶: elas continuam sendo consideradas as donas do espaço e é entre elas que é escolhida a *setor*.

Outro signo de distinção fundamental é a posição social que as *monas* ocupavam *na rua*, antes de irem para a prisão. Essa pode estar expressa tanto no corpo quanto nas narrativas por meio das quais elas recontam sua trajetória. Especialmente para aquelas que se afirmam enquanto *travestis*, a quantidade e a qualidade das modificações corporais são provas de sucesso profissional. Em termos de narrativas, são especialmente valorizadas as experiências de circulação internacional. Lola, por exemplo, se orgulha de ser uma *travesti europeia*, ou seja, ter ido trabalhar no mercado sexual europeu. Ela demonstra com orgulho seu domínio do francês e do italiano e tira sarro de suas rivais *penopeias* (foram para a Europa mas voltaram

34. Não terei espaço aqui para descrever detalhadamente essa dinâmica. Para uma descrição mais cuidadosa dessas relações, ver Guilherme Boldrin (2015).

35. Pesquisas mais antigas como a de José Ricardo Ramalho (2008[1976]) mostram como esse critério de classificação é relativamente recente – e que em prisões como a Casa de Detenção de São Paulo a posição sexual (ativo ou passivo) e a performance de gênero (masculina ou feminina) era mais relevantes do que o sexo do parceiro para definir a identidade sexual dos presos. Camila Nunes Dias (2011) mostra como transformações na estrutura de poder do PCC levariam a mudanças profundas nessa lógica de classificação.

36. Em algumas unidades e raios nos quais há uma concentração especialmente grande de *monas* é possível haver uma separação entre o *barraco das monas* e o *barraco dos envolvidos* (em geral se tratam de celas vizinhas e igualmente precárias). Nesses casos é comum que os envolvidos se mudem para o *barraco das monas* caso estabeleçam uma relação estável com alguma delas.



empobrecidas e desamparadas, ou seja, *penosas*) e *europenhas* (dizem que foram para a Europa mas nunca saíram da Penha)³⁷.

Na escala mais baixa da hierarquia estão, portanto, os chamados *viados de cadeia* – sujeitos que tinham uma vida heterossexual fora da prisão e que passam a manter relações com homens depois de encarcerados. Muitas *monas* negam a eles a própria possibilidade de adquirir uma identidade feminina (embora a maior parte população carcerária os entendam igualmente como *homossexuais*). Lola justifica esse desprezo afirmando que eles não podem ser considerados *mulheres de verdade* pois estariam se engajando nessas relações por pura conveniência, em troca de bens, favores ou proteção – e não pelo *sentimento* de *ser mulher*. Seria esse o caso de Raffaella, *viado* que elas apelidaram maliciosamente de *Chevrolet* devido às grandes dimensões de seu corpo e ao fato de ter trabalhado em uma oficina mecânica: “ele diz que é *mulher de verdade*, mas é enorme, tem que ver o tamanho do braço dela!”

Por fim, há uma hierarquia entre *monas* mais ou menos experientes e estabelecidas no contexto da prisão que ganha materialidade na disposição destas nos lugares disponíveis na cela para se deitar e dormir. Essa lógica, descrita detalhadamente por Karina Biondi (2010), está presente com poucas variações em todo o sistema penitenciário paulista. Quando um preso é aceito no *barraco* ele ocupa primeiro um lugar no chão (chamado de *praia*) e próximo ao sanitário (chamado de *boi*), ou seja, uma posição considerada inconveniente. Conforme seus companheiros de cela são transferidos ou liberados (em um CDP, dezenas de presos são admitidos e transferidos diariamente), ela pode ocupar os lugares imediatamente mais distantes do *boi* e, posteriormente, poderá subir para uma *burra* (cama embutida de cimento, onde se acomoda o colchão). Quanto mais *sufrimento* a *mona* tiver passado na *cadeia* (ou seja, quanto mais tempo presa), melhor será sua posição relativa na disposição espacial do *barraco*.

Considerações finais

Este artigo é o resultado parcial de um trabalho de campo em andamento. Ao longo do texto, pude estabelecer algumas hipóteses de pesquisa e propor caminhos para refletir sobre alguns dos principais dilemas que os cha-

37. Bairro residencial popular na zona leste da capital paulista.



mados *presos LGBT* colocam para o campo de estudos das prisões no Brasil e para a elaboração e implementação de políticas públicas. Procurei suspender provisoriamente as categorias identitárias mais frequentemente mobilizadas por agentes do Estado e de movimentos sociais para interpelar esses sujeitos (como *homossexuais, travestis e transexuais*) e entender que outras categorias e sistemas classificatórios locais emergiam do cotidiano das prisões.

O eixo da argumentação foram as dinâmicas de organização espacial em sua relação com as formas de identificação e diferenciação entre presos – particularmente no que diz respeito a questões de gênero e sexualidade. Estas dinâmicas foram analisadas em múltiplas escalas. Em primeiro lugar no que diz respeito à constituição de *cadeias de coisas* – unidades prisionais destinadas a abrigar sujeitos (os chamados *coisas*) rejeitados em unidades alinhadas com o PCC. Descrevi algumas linhas de força que dão inteligibilidade ao processo por meio do qual essas *cadeias de coisas* concentram uma grande quantidade de sujeitos que não se enquadram nos padrões estritos de masculinidade promovidos pelos *comandos*. Depois, analisei a identificação de celas específicas no interior dessas unidades com esses sujeitos, os chamados *barracos das monas*. Essas celas têm um *ritmo* próprio e hierarquias internas. Além de abrigarem sujeitos marcados em termos de gênero e sexualidade, elas se tornam também espaços privilegiados para práticas sexuais dissidentes, como a prostituição.

Analisando a dinâmica de um *barraco das monas* em uma *cadeia de coisas* é possível refletir sobre como as diferenças e conflitos entre os presos se inscrevem no espaço ao mesmo tempo em que o espaço prisional adquire sentido através de sua identificação com determinadas categorias de sujeitos e marcadores sociais da diferença. Essa reflexão é fundamental para estabelecer um postura crítica em relação a políticas públicas que trabalham com categorias identitárias fechadas, ignorando sua operacionalidade em contextos sociais específicos, ou que pretendem atuar através da reorganização do espaço prisional – criando, por exemplo, alas especiais para a população LGBT³⁸.

Analisando a dinâmica de unidades prisionais nos quais esse tipo de política ainda não foi implementada, é possível observar que existem formas



38. Sobre Alas especiais para a População LGBT ver Gustavo Passos (2014), Guilherme Gomes Ferreira (2015) e Cícero Eustáquio Jr., Marília Bregalda e Bianca Silva (2015).

de segregação espacial que já operam com base em diferenças sexuais e de gênero – e que essas políticas públicas podem acabar por reforçar certas formas de discriminação. Além disso, é preciso compreender que a convivência entre esses presos vistos pelo Estado como LGBT e o restante da população carcerária permite certas formas de agência fundamentais para esses sujeitos – seja para as suas condições materiais de existência (por meio das diversas formas de *ativa*, em especial a prostituição), ou seja, para a sua realização afetiva e sexual (por meio de relações com homens que não necessariamente se identificam como parte de uma *população LGBT*).

Referências bibliográficas

ANGOTTI, Bruna. *Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. Dissertação de mestrado: USP, 2011.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes & BRETAN, M. Emília. “Teoria e prática da reintegração social: o relato de um trabalho crítico no âmbito da execução penal.” In: SÁ, Alvin A. de & SHECAIRA, Sérgio Salomão (Orgs.), *Criminologia e os problemas da atualidade*, São Paulo: Editora Atlas, 2008, cap. 13, p. 255-275.

BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: terceiro nome, 2010.

BOLDRIN, Guilherme. *Monas, envolvidos e o crime: etnografia com travestis e homossexuais em uma prisão paulista*. Monografia: UFSCAR, 2015.

CORDEIRO, Fabíola. *Prisão e resistências: micropolítica da vida cotidiana em uma prisão para mulheres*. Tese de doutorado: UFRJ, 2016.

EUSTAQUIO JR, Cicero P.; BREGALDA, Marília M.; SILVA, Bianca Rodrigues. Qualidade de vida de detentos(as) da “Primeira Ala LGBT do Brasil”. In: *Bagoas: revista de estudos gays*. Natal: EDUFRN, 2015.

FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

FERREIRA, Guilherme Gomes. *Travestis e Prisões: Experiência social e mecanismos particulares de encarceramento*. Curitiba: Multidéia, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

GODOI, Rafael. *Fluxos em Cadeia: as prisões de São Paulo na virada dos tempos*. Tese de Doutorado: USP, 2015.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2008.

LAGO, Natália. *Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal*. Dissertação de Mestrado: USP, 2014.

LAGO & ZAMBONI. “Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em contextos de privação de liberdade”. Caxambu: 40º Encontro da ANPOCS, 2016.

LIMA, Elça Mendonça. *Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro: o período das freiras*



(1942-1955). Rio de Janeiro: OAB/RJ, 1983.

MACHADO, Máira Rocha; MACHADO, Marta. (Orgs.). *Carandiru (não) é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre*. São Paulo: FGV (online), 2015.

MALLART, Fábio. *Cadeias Dominadas: A Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. São Paulo: terceiro nome, 2014.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de Mestrado: USP, 2009.

MISSE, Michel. (2006). *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MOUTINHO, Laura. “Negociando com a adversidade: reflexões sobre ‘raça’, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro”. *Estudos Feministas*, v. 14, n. 1, 2006.

NEGRETTI, Natália. *Madá e Lena entrecruzadas, dois dramas em trama: entre percursos numa tragédia social e uma constituição possível*. Dissertação em Ciências Sociais: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

NUNES DIAS, Camila Caldeira. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital no sistema carcerário paulista*. Tese de Doutorado: USP, 2011.

PADOVANI, Natália Corazza. “Perpétuas espirais”: *Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977 – 2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital*. Dissertação de mestrado: UNICAMP, 2010.

____. “No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital”. *Cadernos Pagu*, vol. 37, 2011.

____. *Sobre casos e casamentos: Afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese de Doutorado: UNICAMP, 2015.

PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. *Uma Ala Para Travestis, Gays e Seus Maridos: Pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado: UFRGS, 2014.

PATRIARCA, Letizia. *As corajosas: etnografando experiências travestis na prostituição*. Dissertação de Mestrado: USP, 2015.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e Desejo: uma etnografia travesti do modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume, 2009.

RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do Crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SOARES, Bárbara Musumesci; IIGENFRITIZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. Companhia das Letras: 1999.

____. *Carcereiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZAMBONI, Marcio. *Travestis e Transsexuais Privadas de Liberdade: a (des)construção de um Sujeito de Direitos*. In: *Revista Euroamericana de Antropologia (REA)*, No 2, 2016.

ZELIZER, Viviana. “Dinheiro, Poder e Sexo”. *Cadernos Pagu*, vol. 32, 2009.

